

Editorial

Este número da revista *Sísifo*, consagrado à temática da formação de professores, foi pensado e elaborado durante o ano de 2008. Esse ano, no que diz respeito aos professores dos ensinos básico e secundário, em Portugal, foi também o ano de todos os descontentamentos. Em 2008, em resposta ao apelo de todas as organizações sindicais e também de diversos movimentos espontâneos e autónomos, por duas vezes, os professores se concentraram e desfilaram nas ruas de Lisboa. A primeira manifestação realizou-se em 8 de Março e conseguiu reunir cerca de 100.000 professores, ou seja, dois terços da classe profissional. A surpresa pelo carácter inédito deste nível de adesão viria a repetir-se no dia 8 de Novembro, quando, por pressão da base sobre os sindicatos, os docentes voltaram a encher as ruas de Lisboa. Neste segundo caso, a adesão foi ainda maior, 120.000 professores, o que corresponde a três quartos da totalidade dos professores, vindos, em condições difíceis, de todos os pontos do país. As duas manifestações tiveram lugar num fim de semana (Sábado) e o número de manifestantes foi confirmado, de forma convergente, por uma diversidade de observadores independentes, nomeadamente a imprensa, a rádio e a televisão. Na sequência destes protestos, os professores realizaram duas greves nacionais (a 3 de Dezembro de 2008 e a 9 de Janeiro de 2009), com taxas de adesão superiores a 90%.

Face a tão eloquentes provas de descontentamento e de revolta, e às medidas adoptadas pelo Ministério da Educação, será oportuno lembrar que em Setembro de 2007, no quadro da Presidência

Portuguesa da União Europeia, decorreu em Lisboa a Conferência “Desenvolvimento Profissional dos Professores. Para a qualidade e para a equidade da aprendizagem ao longo da vida”¹. O documento de base dessa conferência explicita os problemas que se colocam e que decorrem, quer de questões demográficas, quer da crescente complexidade da profissão docente, à qual correspondem novos papéis, novas exigências e um alargamento do âmbito da sua missão profissional.

Para dar resposta a uma situação que é problemática, reconhece-se a necessidade de melhorar as políticas e as práticas de formação de professores que, no conjunto dos países europeus, são tidas como insatisfatórias. Essa aposta na qualidade da formação, com desejáveis consequências num melhor desempenho profissional, é indissociável, como se afirma no documento, de um esforço a fazer para construir uma opção atractiva de carreira. Tal objectivo implica recrutar os melhores, persuadir trabalhadores a mudar de profissão em favor da carreira docente, contrariar saídas da profissão, quer precoces, quer de professores mais experientes.

Em síntese, aponta-se como objectivo central motivar profissionalmente os professores, fazendo corresponder a uma elevação dos níveis de exigência uma aposta na formação e na criação de melhores condições de exercício profissional. Enunciam-se, como orientadores da acção a desenvolver, quatro grandes princípios: fazer do ofício de professor uma profissão altamente qualificada, baseada em processos de formação ao longo de toda a carreira,

marcada pela mobilidade e apoiada em dispositivos de parceria.

Do debate realizado foi possível identificar a necessidade de, no plano político, encontrar respostas adequadas para três grandes desafios:

- O primeiro consiste, como se disse, em tornar a profissão docente uma profissão atractiva. Está em causa resolver os problemas de recrutamento e de renovação do corpo docente, superando a contradição entre a generalizada retórica sobre o papel chave dos professores e, por outro lado, a dura realidade de uma profissão marcada pelo individualismo defensivo, estratégias de fuga, crise de autoridade, níveis crescentes de sofrimento no trabalho;
- O segundo corresponde a tentar contrariar a invasão da escola pelos problemas sociais que lhe são externos. O crescimento de processos de dualização social e de vulnerabilidade social de massa confronta escolas e professores com tarefas de carácter “assistencial”, o que prejudica a missão fundamental da escola e é fonte de perturbações da identidade profissional docente;
- O terceiro diz respeito à necessária superação do paradoxo entre a autonomia e o controlo. Estudos comparados recentes, no espaço europeu, vieram evidenciar a emergência de novas formas de regulação que privilegiam o nível local e a autonomia das escolas, mas que é, paradoxalmente, concomitante com um reforço do controlo e a percepção, por parte dos professores, de uma perda crescente da sua autonomia profissional.

Em Portugal, as razões de tão elevados níveis de descontentamento e revolta dos professores radi-

cam, obviamente, na forma e no conteúdo das medidas assumidas pela actual equipa do Ministério da Educação. Os professores sentem na pele a precariedade e o desemprego, vêem reduzidos os salários reais e aumentado o seu período de trabalho, vêem cortada, ou fortemente dificultada, a sua progressão na carreira por via da definição de uma nova estrutura da carreira docente, são objecto de um kafkiano processo de avaliação do desempenho.

A situação evoluiu num tal sentido que não é mais possível circunscrever o debate às suas dimensões técnicas. O caso assume contornos sociais e políticos de uma acção muito injusta. Aos investigadores em ciências da educação e formadores de professores deveria caber um papel importante no esclarecimento da situação actual. Estranhamente, a maioria por omissão (envergonhada ou prudente) ou por acção (precipitada) assume uma atitude veneranda perante o poder e estabelece juízos de valor (depreciativos) sobre os professores. Estes são encarados como os “outros”, com quem não há manifestações visíveis de solidariedade. Por que será?

NOTAS

1. Cf. PORTUGAL 2007. Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Conferência “Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da Vida”. Lisboa, 27-28 de Setembro de 2007.

RUI CANÁRIO
(Lisboa, Março de 2009)